

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS SUPERIORES
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ADMINISTRAÇÃO

ATA 007

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, às oito horas, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, sob a presidência do Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin, com a presença dos seguintes membros: Adalto Bianchini, Adriana Dora da Fonseca, Adriana Kivanski de Senna, Artur Emilio Alarcon Vaz, Attila Louzada Júnior, Carolina Veloso Costa, Celso Luis Sá Carvalho, Celso Luiz Lopes Rodrigues, Cláudio Paz de Lima, Cleuza Maria Sobral Dias, Darlene Torrada Pereira, Derocina Alves Campos Sosa, Denise Maria Varella Martinez, Eduardo Carvalho Pereira, Ernesto Luiz Casares Pinto, Ernesto Luiz Gomes Alquati, Ioni Gonçalves Colares, João Sarkis Yunes, Joaquim Vaz, Karen Barañano Souza, Luiz Alberto Oliveira Rocha, Luiz Bessouat Laurino, Marcos Antonio Satte do Amarante, Maria José Martins Chaplin, Mario Roberto Chim Figueiredo, Maura Dumont Huttner, Mozart Tavares Martins Filho, Nelson Monteiro Rangel, Raul Guilherme Goulart de Andrade, Rhandersen Luís da Rosa Góes, Rosaura Alves da Conceição, Sandra Crippa Brandão, Silvana Maria Bellé Zasso, Soledad Bech Gaivizzo e Tiago Pasito Schultz. O secretário, a pedido do Senhor Presidente, registrou a presença dos conselheiros substitutos, indicando o motivo da substituição: José Henrique Muelbert, Vice-Diretor do Instituto de Oceanografia (titular em férias); Marcos Barros de Souza, Vice-Diretor do Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati (titular afastado a serviço da Universidade); Miguel Antônio Silveira Ramos, Vice-Diretor da Faculdade de Direito (titular em férias); Artur Roberto Oliveira Gibbon, representante suplente da 4ª Câmara (titular afastado a serviço da Universidade); Silvia Silva da Costa Botelho, Vice-Diretora do Centro de Ciências Computacionais (titular em férias) e Elton Pinto Colares, representando a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (titular afastado a serviço da Universidade). Fátima Cristina da Silva Oliveira, representante dos estudantes, justificou sua ausência por motivo de força maior. Ausente sem justificativa: Ana Furlong Antochévis. Participaram como convidadas, após a aprovação do plenário, as servidoras Aline Guerra Dytz (Superintendente Estudantil) e Adriana Dias Silveira (Chefe da Divisão de Apoio Estudantil), por convite do Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, e a estudante Aline Gonçalves, por convite da representante estudantil Carolina Veloso Costa. Também na condição de convidados participaram os seguintes relatores de processos: André Luis Castro de Freitas, João Paes Vieira Sobrinho e Cezar Augusto Burkert Bastos. Ao iniciar a reunião, o Senhor Presidente colocou em discussão a ordem do dia, conforme segue: **1º) Aprovação da ata nº 006** – Tendo em vista que a ata foi disponibilizada antecipadamente aos conselheiros, o Senhor Presidente perguntou aos presentes se havia alguma manifestação a esse respeito. Não havendo, a ata nº 006 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; **2º) Indicação do Cons. João Carlos Brahm Cousin - Homologação do Ato Executivo nº 013/2009 – Luto oficial na FURG por motivo de falecimento do servidor Maurice Boulos Halal** – O referido ato declarou luto oficial na Universidade Federal do Rio Grande, em virtude do falecimento do servidor Maurice Boulos Halal. A indicação foi lida por seu autor. Colocada em votação, a Indicação foi aprovada por unanimidade; **3º) Indicação do**

Cons. João Carlos Brahm Cousin - Homologação do Ato Executivo nº 014/2009 – Luto oficial na FURG por motivo de falecimento da servidora Cely Teresa Klinger dos Santos – O referido ato declarou luto oficial na Universidade Federal do Rio Grande, em virtude do falecimento da servidora Cely Teresa Klinger dos Santos. A indicação foi lida por seu autor. Colocada em votação, a Indicação foi aprovada por unanimidade; **4º) Indicação do Cons. João Carlos Brahm Cousin - Homologação do Ato Executivo nº 019/2009 – Luto oficial na FURG por motivo de falecimento do acadêmico Luciano Loureiro dos Santos** – O referido ato declarou luto oficial na Universidade Federal do Rio Grande, em virtude do falecimento do acadêmico Luciano Loureiro dos Santos. A indicação foi lida por seu autor. Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade; **5º) Indicação do Cons. João Carlos Brahm Cousin - Homologação do Ato Executivo nº 022/2009 – Luto oficial na FURG por motivo de falecimento do servidor Yoshihisa Cho** – O referido ato declarou luto oficial na Universidade Federal do Rio Grande, em virtude do falecimento do servidor Yoshihisa Cho. A indicação foi lida por seu autor. Colocada em votação, a Indicação foi aprovada por unanimidade. A pedido do Cons. Rangel e com a concordância do plenário, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem aos que faleceram, encerrando com uma salva de palmas; **6º) Indicação do Cons. João Carlos Brahm Cousin - Homologação do Ato Executivo nº 015/2009 – Participação do Prof. Henrique da Costa Bernardelli, em caráter excepcional, em banca de concurso público da Escola de Química e Alimentos - EQA** – A indicação propõe a homologação do Ato Executivo nº 015/2009, o qual aprovou a participação do professor Henrique da Costa Bernardelli, em caráter excepcional, como integrante da banca de concurso público para ingresso na carreira do Magistério Superior, na área de Engenharia Agroindustrial, sob a responsabilidade da EQA. A indicação foi lida por seu autor. Após a leitura, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a respeito do assunto, o Senhor Presidente colocou em votação a Indicação, sendo aprovada por unanimidade; **7º) Parecer nº 006/2009 da 1ª Câmara do COEPEA – Processo nº 23116.005533/08-41 – Concurso público para vaga no CTI, Professor Adjunto, 40 h / DE, Área: Ciências Exatas e da Terra, Matéria(s): Organização de Computadores, Engenharia de Software e Programação Orientada a Objetos em Java** – O processo teve como relator o Cons. André Luis Castro de Freitas, que, após análise da documentação que instrui o processo, votou pela homologação dos atos e resultados do Concurso Público para Professor Assistente, 40 horas/DE, Edital 034/2008, 01 (uma) vaga, na área do conhecimento: Ciências Exatas e da Terra; Matérias/Disciplinas: Organização de Computadores, Engenharia de Software e Programação Orientada a Objetos em Java, que teve como aprovados os candidatos: André Prisco Vargas (1º lugar), Rafael Augusto Penna dos Santos (2º lugar) e Paulo Francisco Butzen (3º lugar), indicando para contratação André Prisco Vargas. A Câmara aprovou o voto do relator. O Parecer foi lido por seu autor. Após a leitura, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a respeito do assunto, o voto da câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; **8º) Parecer nº 001/2009 da 6ª Câmara do COEPEA – Processo nº 23116.001979/09-88 – Proposta de Normas para Qualificação Técnica na FURG** – O processo teve como relatora a Cons. Ana Luiza Muccillo-Baisch, que, após análise da documentação que instrui o processo, votou por aprovar a proposta de Normas para Qualificação Técnica na FURG. A Câmara aprovou o voto da relatora. O Parecer foi lido por sua autora. Após a leitura, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a respeito do assunto, o voto da câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por

unanimidade; **9º) Parecer nº 002/2009 da 6ª Câmara do COEPEA – Processo nº 23116.002086/09-50 – Proposta de distribuição de Bolsas de Trabalho e Monitoria na FURG para o ano de 2009** – O processo teve como relator o Cons. João Paes Vieira Sobrinho, que, após análise da documentação que instrui o processo, votou pela homologação: **a)** do número de 377 bolsas, sendo 340 para as Unidades Acadêmicas e 37 para as Pró-Reitorias, conforme Deliberação 052/2006 do CODEP; **b)** do valor da cota de Bolsa de Trabalho e de Monitoria da FURG, no ano de 2009, em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais); **c)** da Proposta de Distribuição, entre as Unidades Acadêmicas, de Bolsas de Trabalho e de Monitoria da FURG, em 2009, conforme planilha apresentada pela PRAE. A Câmara aprovou o voto do relator. O Parecer foi lido por seu autor. Após a leitura, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão, quando foram registradas as seguintes manifestações: A Cons. Silvia questionou a afirmativa do relator que em seu relatório considerou que a melhor forma de atender a distribuição das bolsas em 2009 seria levar em conta os números praticados na distribuição no ano de 2008. De forma específica discordou da distribuição em 2009 no que diz respeito ao número destinado ao Centro de Ciências Computacionais (C3) por entender que se trata de uma nova Unidade, a qual enfrenta no momento algumas deficiências no que diz respeito ao número de professores e de técnicos, o que ocasionou um número baixo de bolsas. O Cons. Marcos Amarante disse não entender a inclusão do Pólo de Santo Antônio da Patrulha no cômputo da cota destinada à EQA, pois na sua opinião trata-se de uma iniciativa institucional e não apenas com a participação dessa Unidade, o que deveria ser levado em consideração no cálculo da distribuição de bolsas. O Cons. Sarkis perguntou se nesses cálculos de 2009 foi levada em consideração a reestruturação que sofreram as Unidades em comparação ao ano de 2008. O Cons. Luiz Laurino explicou à Cons. Silvia que a PRAE obedeceu a Deliberação 052/2006, por tratar-se da norma em vigor aprovada pelo CODEP com relação ao assunto, a qual pode ser alterada no futuro. Ao Cons. Marcos Amarante disse que a intenção de mencionar o Pólo de Santo Antônio da Patrulha foi apenas com a intenção de valorizar a importância deste Pólo no contexto geral, explicando que as bolsas destinadas ao Pólo não estão incluídas no montante da EQA, e sim saíram do montante das Pró-Reitorias. Ao Cons. Sarkis fez a leitura de correspondência enviada anteriormente solicitando que cada unidade informasse dentro de um determinado prazo onde ficaria lotado cada bolsista, justamente em função da reestruturação que sofreriam as Unidades, destacando que não seria possível efetivar alterações após o dia dezoito de janeiro do corrente ano. O Cons. José Muelbert explicou que as bolsas que migraram para o Instituto de Oceanografia com a reestruturação ocorrida são do tipo destinado aos monitores e que na antiga Unidade não havia uma prática de utilização deste tipo de bolsa, e, portanto, entende que a normatização em vigor deve ser revista assim que possível. Disse ainda que o número de bolsas destinadas ao Instituto de Oceanografia será insuficiente para atender as necessidades da Unidade. A Cons. Silvia disse que na sua visão vários fatores tiveram influência negativa neste início de ano e contribuíram para que essa distribuição de bolsas não fosse realizada da melhor forma possível. O Cons. Joaquim disse ter convicção de que o maior problema deve ter ocorrido com relação à entrega dos relatórios correspondentes a cada unidade. O Cons. Sarkis disse ser um agravante o fato de o semestre acadêmico já estar em curso e que os monitores de alguma forma já estão em atividade nas respectivas Unidades, pois no seu caso estes começaram a atuar na primeira semana de aula e somente agora poderá indicar quem deve ficar com as bolsas. O Cons. Mário disse entender que a norma vigente da forma como está sempre vai favorecer àquelas Unidades que possuem maior número de

bolsistas. O Cons. Artur, discordando do colega, explicou que na sua visão aquelas unidades que possuem maior número de bolsistas voluntários e que apresentaram seus relatórios é que terão vantagem, pois o peso é de setenta por cento. O Cons. Laurino explicou que a distribuição proposta foi efetivada exatamente no sentido de levar em conta a Deliberação 052/2006 do CODEP e também em função das respostas que cada unidade forneceu no momento da reestruturação que ocorreu na Universidade. O Senhor Presidente, reafirmando o posicionamento do Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, disse que a planilha de distribuição foi executada com base na norma aprovada pelo CODEP e que, se for o caso, o conselho deve propor alterações em caso de discordância da fórmula praticada. O Cons. Amarante manifestou-se em defesa da utilização dos relatórios, afirmando que é uma das formas de se ver refletida a produtividade das Unidades. O Senhor Presidente, em função das diversas manifestações registradas, propôs que fosse revisto o número de bolsas destinadas ao C³, por concordar que se trata de uma nova Unidade e que realmente ficou com certo prejuízo em função do seu histórico. A Cons. Darlene propôs então como solução que duas bolsas que estão na parcela das Pró-Reitorias fossem destinadas ao C³ a fim de corrigir essa diferença, de forma que nenhuma Unidade receba menos do que 10 bolsas. O Cons. Miguel concordou com a sugestão e também disse concordar que essa distribuição deveria ser feita antes do início do semestre, da mesma forma que as próprias matrículas deveriam ser efetivadas em período anterior ao início das aulas. O Cons. Attila chamou a atenção para o fato de que bolsistas voluntários só devem atuar em projetos de ensino, pesquisa e extensão, e não em atividades administrativas. A Cons. Darlene concordou e salientou que esse perfil dos ocupantes dessas bolsas sempre deve ser lembrado, pois estes só devem estar ligados realmente a atividades que tenham caráter acadêmico de ensino, pesquisa e extensão. O Cons. José Muelbert disse entender que existe uma legislação a ser cumprida e concorda com a existência dos referidos relatórios, registrando apenas que as Unidades enfrentaram alguns problemas na virada do ano, o que pode ter dificultado a entrega de alguns relatórios. O Senhor Presidente sugeriu, em função das diversas manifestações colhidas, que a norma existente seja encaminhada à 6ª Câmara do COEPEA para reanálise e posterior encaminhamento ao pleno do COEPEA, tendo recebido a concordância do plenário. Propôs ainda que o voto apresentado pela Câmara seja aprovado levando-se em conta apenas a transferência de duas bolsas da cota das Pró-Reitorias para o C³ e três para o Pólo de Santo Antonio da Patrulha, sendo distribuídas ao final 345 bolsas para as Unidades Acadêmicas e 32 bolsas para as Pró-Reitorias. Não havendo manifestações a respeito do assunto, o voto da câmara, com a alteração proposta, foi colocado em votação, sendo aprovado com três votos contrários; **10º) Parecer nº 003/2009 da 6ª Câmara do COEPEA – Processo nº 23116.002500/09-21 – Proposta de distribuição de orçamento interno na FURG para o ano de 2009** – O processo teve como relator o Cons. Cezar Augusto Burkert Bastos, que, após análise da documentação que instrui o processo, votou por aprovar a Proposta de Distribuição do Orçamento Interno 2009 nos termos apresentados pela PROPLAD. O parecer foi lido pelo autor. Após a leitura, o Senhor Presidente cumprimentou e agradeceu à Câmara e em especial ao relator pelo trabalho desenvolvido no seu parecer em tão pouco tempo disponível, e colocou o assunto em discussão, quando foram registradas as seguintes manifestações: A Cons. Carolina solicitou esclarecimentos a respeito de alguns dados contidos na proposta, como, por exemplo, a redução nos valores para auxílio-transporte e auxílio-alimentação e com relação à diminuição de recursos para viagens acadêmicas e o valor destinado ao Oceanário Brasil. O Cons. Mozart também elogiou o parecer apresentado pelo relator.

Disse, com relação ao HU, que há algum tempo foi criada uma nova UG (Unidade Gestora) para o Hospital Universitário, e, com isso, o seu orçamento vem sendo desvinculado da Universidade. Explicou que as tabelas apresentadas anteriormente aos dirigentes sofreram pequenos ajustes como, por exemplo, em função da vinculação de algumas disciplinas aos seus professores, o que antes não acontecia na plenitude, chegando-se com isso a alcançar quase 100% das matrículas. Sobre os valores de auxílio-transporte e auxílio-alimentação, disse que estes estão dentro da rubrica de pessoal e que não há maiores preocupações com relação a isso, garantindo que, caso ocorra a necessidade, o Ministério contempla essa rubrica ao longo do exercício. Com relação aos recursos para as viagens acadêmicas, lembrou que atualmente a Universidade conta com dois novos ônibus em sua frota, diferentemente da realidade anterior quando se fez a previsão no exercício de 2008, e que também há uma limitação orçamentária que deve ser levada em consideração. O Senhor Presidente disse, com relação ao questionamento sobre os recursos destinados ao Oceanário Brasil, que já há algum tempo a Universidade vem buscando esses recursos e finalmente conseguiu contemplar em seu orçamento essa rubrica. O Cons. Mário questionou o valor destinado à pós-graduação em termos orçamentários, entendendo que esse nível é sempre pouco apoiado. O Senhor Presidente e o Cons. Elton explicaram que é política deliberada da Instituição apoiar cursos de pós-graduação *lato sensu* e aqueles que não possuem recursos próprios devem ser apoiados pela Pró-Reitoria. O Cons. Elton disse ainda que parte do recurso previsto é destinado ao custeio da própria Pró-Reitoria. O Cons. Mário reafirmou sua posição de que a pós-graduação *stricto sensu* não está sendo atendida como deveria. O Senhor Presidente disse que a pós-graduação deve ser apoiada de forma geral em todos os seus níveis e a Instituição deve traçar políticas nesse sentido. O Cons. Adalto perguntou se em função da nova legislação o aumento de 51% com relação aos estagiários se dá em número de estagiários ou apenas com relação aos valores que serão praticados. O Senhor Presidente disse que houve uma redução substancial no número de estagiários devido a uma limitação legal que leva em conta o número de servidores que cada Instituição possui no momento. O Cons. Cláudio disse que se chegou ao número de 240 estagiários de acordo com as necessidades das unidades, porém o limite imposto para a FURG foi de 180 estagiários e, conseqüentemente, houve uma redução principalmente no número de bolsistas para as unidades administrativas. O Cons. José Muelbert disse que a pós-graduação na FURG cresceu consideravelmente e uma atenção maior poderia ser dada a esse nível de educação. Perguntou sobre as razões que levaram a ocorrer uma redução nos recursos destinados ao PDI. O Senhor Presidente explicou que foi feito um estudo orçamentário para que decisões fossem tomadas com relação ao aumento ou diminuição de algumas rubricas, e que nesse estudo levou-se em consideração alguns itens que constavam no PDI anteriormente e já teriam sido atendidos. O Cons. Rangel também parabenizou o relator pelo trabalho apresentado. O Cons. Tiago disse que, em seu nome e de alguns colegas, parabenizava a Reitoria pelo esforço no sentido de concretizar o Oceanário Brasil aqui na FURG, porém entendia que esse esforço também deveria ser efetivado em outras áreas em que a Universidade também necessita de reforço. A Cons. Adriana Kivanski disse que, no sentido de repensar o modelo utilizado para a distribuição orçamentária em 2009, a PROPLAD deveria incluir no modelo algumas situações particulares que ocorrem com relação a algumas Unidades. Perguntou sobre as matrículas da EAD estarem incluídas no modelo analisado. O Cons. Mozart respondeu que a EAD tem um financiamento próprio do MEC e não produz qualquer influência nessa distribuição orçamentária. O Senhor

Presidente explicou ainda que o MEC não leva em consideração esses programas que possuem financiamento próprio no momento da aprovação das peças orçamentárias das Instituições Federais de Ensino, afirmando que isso foi uma conquista dos Reitores das Universidades. O Cons. Marcos Amarante disse entender que o modelo atualmente utilizado pode realmente ser aprimorado com relação à distribuição orçamentária e que a sua preocupação principal se dá com relação ao desenvolvimento do ensino de graduação na Universidade, dando como exemplo as aulas realizadas em laboratório. O Senhor Presidente disse que durante este ano podem ocorrer discussões para melhorar o modelo em vigência. O Cons. Ernesto Pinto propôs que o modelo de distribuição de recursos orçamentários entre as Unidades Acadêmicas, a fim de que sejam realizadas adequações, especialmente no que diz respeito à qualificação dos critérios, deve ser encaminhado à Câmara de Assuntos Transversais do COEPEA. O plenário acatou a proposta do conselheiro. O Cons. Joaquim destacou o valor previsto para o almoxarifado e questionou se realmente é necessário, já que os itens utilizados pelas Unidades são descontados de seus recursos conforme prática já utilizada. O Cons. Mozart explicou que existem três fatores principais que justificam o valor previsto: o primeiro é a necessidade de se contar com um montante em torno de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a ser destinado aos suprimentos que serão utilizados durante o ano; o segundo fator é que as Unidades retiram os itens pelo valor médio de estoque e o Almoxarifado compra pelo valor de mercado, e por último, o terceiro é a necessidade de acréscimo de alguns itens durante o ano, principalmente com relação aos suprimentos de informática. O Cons. Joaquim chamou a atenção, com relação ao gasto com viagens, que as direções devem sempre analisar a importância e o interesse das viagens de estudantes para as Unidades. A Cons. Cleuza, com relação à política de compra de livros para as bibliotecas, disse que o compromisso é de atender as necessidades das Unidades com o foco principalmente na qualidade e não apenas na quantidade. Afirmou que nas reuniões sempre é lembrado que as Unidades devem discutir as necessidades de cada área para que as aquisições das bibliotecas sejam realizadas nesse sentido. O Senhor Presidente lembrou que a responsabilidade dessa política deve ser discutida e determinada no Conselho de cada unidade. A Cons. Darlene lembrou, com relação às viagens solicitadas, que estas só são liberadas com a devida aprovação da Unidade Acadêmica e em conformidade à Instrução Normativa em vigência, e que o objetivo principal dessas atividades deve ser o caráter acadêmico. O Cons. Miguel citou que seria interessante que o valor para viagens fosse distribuído entre as Unidades para que cada uma pudesse se planejar nesse sentido. A Cons. Darlene disse que isso já está sendo pensado pelas Pró-Reitorias envolvidas. A Cons. Sandra questionou a diminuição do montante destinado anteriormente se consideradas todas as Unidades da área médica juntas, comparativamente ao valor proposto atualmente para a FAMED. O Cons. Mozart justificou que atualmente os pesos das variáveis utilizadas são outros e também por tratar-se de um outro momento na Instituição. O Cons. Adalto sugeriu que em 2009 se realize uma nova discussão a respeito do aperfeiçoamento do modelo utilizado, principalmente com relação ao indicador que leva em conta a área de laboratórios de cada Unidade, justificando que em 2010 o ICB passará a ter em torno de 60% ou 70% das suas atividades centradas em aulas práticas. Solicitou esclarecimento a respeito de recurso previsto para custeio de serviços de motoristas. O Cons. Mozart, em resposta ao Cons. Adalto, explicou que o recurso relativo a motoristas que consta na proposta diz respeito a um contrato de terceirização deste tipo de serviço já existente na Universidade. O Cons. Ernesto Alquati explicou que, no caso do pagamento de diárias para motoristas terceirizados,

como citado por alguns conselheiros, isso só ocorreu por parte das Unidades porque se tratava de uma situação não prevista no contrato com a empresa contratada, e em algumas ocasiões as unidades tiveram que subsidiar esse custo, tendo em vista que a SAMC não possuía recursos para tal, mas garantiu que isso está sendo resolvido pela Administração e com certeza a política adotada é a de não cobrar essa despesa das Unidades. Com relação aos serviços de limpeza e protocolo nos campi, disse que a Pró-Infra está trabalhando no sentido de dar solução às deficiências existentes. O Cons. Mozart, em resposta ao Cons. Celso, explicou que as rubricas constantes da tabela 9 do relatório até o seu final são passíveis de distribuição e que o restante são recursos ditos “carimbados”, ou seja, já definidos pelo governo, para os quais a Universidade não tem ingerência. Explicou também que o que consta na coluna denominada “Outras Fontes” trata-se de previsões de arrecadação que a Universidade faz com relação às suas expectativas de receita durante o exercício. O Senhor Presidente disse que nesse item cabem, por exemplo, todos os projetos de pesquisa e extensão que a Universidade planeja executar durante o ano. O Cons. João Paes perguntou se os estudantes que atuam em embarcações da FURG ou fretadas por ela estariam cobertos por algum seguro. O Cons. Mozart informou que verificará a situação com relação ao seguro nessas circunstâncias, informando porém que a Instituição costuma manter uma apólice de seguro geral que cobre os estudantes em saídas de campo. Não havendo mais manifestações a respeito do assunto, o voto da câmara foi colocado em votação e aprovado por unanimidade; **11º) Assuntos gerais:** A Cons. Adriana Dora perguntou a quem caberia o auxílio às Unidades para a execução de páginas eletrônicas, citando que a da Escola de Enfermagem encontra-se desatualizada. O Cons. Eduardo, como servidor lotado no CPD, informou como se dava anteriormente a construção de páginas eletrônicas junto ao CPD, explicando que mais tarde essa responsabilidade foi passada à antiga PROPLAN, que mantinha um grupo de estagiários que tinha essa tarefa. Foi sugerido contato com o Diretor do CPD, o qual teria informado que existe uma ferramenta disponível que pode auxiliar as Unidades nessa tarefa. A estudante convidada Aline Gonçalves informou que estão ocorrendo problemas com relação ao pré-requisito exigido para a realização de estágios no curso de Ciências Contábeis, já que alguns estudantes se acham em condições de cumprir o estágio e isso não está sendo possível em função da nova legislação. O Cons. Gibbon, coordenador do curso de Ciências Contábeis, disse que o PPP do curso prevê a existência do pré-requisito referenciado pela estudante e que o cumprimento da nova lei realmente está sendo levado muito a sério pela coordenação do curso. Explicou que foi determinada como pré-requisito para a realização de estágio no curso de Ciências Contábeis a disciplina de Contabilidade Básica II e isso realmente está causando alguns problemas, de acordo com alguns estudantes. Disse que existe um abaixo-assinado de um grupo de estudantes para que o estágio seja possível sem o cumprimento do pré-requisito, o qual já foi negado inclusive pelo Conselho do ICEAC. O Senhor Presidente explicou à estudante que não pode haver deliberação do plenário com relação ao assunto sem que este passe pelas instâncias legais, e que a sua preocupação ficará registrada, informando também que, se for do interesse do grupo, este tem o direito a ingressar com recurso da decisão tomada pelo Conselho da Unidade. O Cons. Celso disse entender que deve haver um trabalho técnico e profissional da Universidade no sentido de criar e manter as páginas eletrônicas das diversas unidades. Disse também que estão havendo entendimentos múltiplos com relação ao enquadramento de estágios na Universidade e as coordenações devem se reunir urgentemente para tratar desse assunto. A Cons. Cleuza explicou que, em função da complexidade do assunto “estágios” na

Universidade, solicitou um pouco mais de tempo para que contatos fossem realizados com todos os envolvidos a fim de que todas as alternativas fossem revistas, incluindo também os estágios não-obrigatórios. Comprometeu-se na sequência a realizar reunião o mais breve possível com os coordenadores a fim de tratar desse assunto. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, com a concordância do plenário, informou que a ata será disponibilizada a todos para apreciação e aprovação em próxima oportunidade e encerrou a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Jorge Augusto da Silveira Bastos, que secretariei a reunião.

Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin
PRESIDENTE DO COEPEA

Jorge Augusto da Silveira Bastos
SECRETÁRIO